

*No Caminho da Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)*¹

*Antonio Luigi Negro*²

Ao propor investigar as relações entre Estado, partidos, a alta política e as massas – e voltando-se para Salvador (Bahia) –, este artigo analisa práticas políticas estabelecidas entre grupos desiguais que encontram pontos de equilíbrio enquanto encarnam diferenças e calculam os riscos de um conflito. Buscando entender como o grande eleitorado pode ser um elemento importante no cálculo de lideranças influentes, este artigo incide sobre uma conjuntura considerada propícia para verificar os primeiros movimentos da política brasileira após a redemocratização do pós-guerra.

Palavras-chave: História social, trabalho, Bahia.

Walking on the sand. Politics, coexistence and conflict in Salvador (1945-1949)

This article analyses political actions established between different social groups who work out points of equilibrium while they express their differences and also calculate the risks of a conflict. This article seeks to understand how the poor electorate can be valued by the prognostics of influential leaderships.

Keywords: Social history, labor, Bahia.

Marcher sur la sable. Politique, coexistence et conflit à Salvador (1945-1949)

Cet article analyse des pratiques politiques établies entre groupes inégaux qui trouvent des points d'équilibre tandis qu'ils incarnent des différences et calculent les risques de les

1 Artigo recebido em 6.1.2012 e aprovado para publicação em 30.3.2012.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Pesquisa com apoio do CNPq e da Capes.

afficher par le biais du conflit. Cet article cherche à comprendre la façon dont l'électorat pauvre peut être un élément important dans le calcul des leaders influents.

Mots-clés: Histoire sociale, travail, Bahia.

Nos anos 1940, enquanto Freyre e Verger distinguem a Bahia como um lugar único, insinuava-se também a tese de que, no mundo, o padrão nacional brasileiro “de relações interétnicas era específico”. Aqui, a relação interétnica tendia a “produzir sociedades miscigenadas”, em cujo interior “polos inicialmente antagônicos” findavam “por se aproximar”, superando, no processo, “conflitos seculares”. Em um planeta esgarçado por desigualdades, genocídio e segregação, “a simples ideia da superação de conflitos” – e das diferenças – “pela via relacional, e mesmo pela miscigenação, poderia ser um alento”.³

Conforme se verá aqui, na conjuntura imediatamente posterior ao pós-guerra, foi um homem de tez mestiça que restaurou os costumes dos baianos da via relacional, em cenário que lhes era familiar. Nascido em Salvador em 1886, Otávio Mangabeira lançou seu nome além das fronteiras nativas. Sua ligação com os presidentes Artur Bernardes ou Washington Luís (de quem foi ministro das Relações Exteriores), sua carreira de parlamentar, que inclui dois mandatos na Câmara dos Deputados (1912-1926, 1955-1959), bem como no Senado (1959-1960), mais seu mandato como deputado constituinte em 1946, projetaram o nome da Bahia dentro ou fora do Brasil. Foi duas vezes exilado (1930, 1938), por sua condição de desalinhamento com Vargas.⁴ Nada surpreende, portanto, que presidisse a União Democrática Nacional (UDN) no fim do Estado Novo. Primeiro governador baiano democraticamente eleito no período 1945-1964, Mangabeira foi sufragado quase que em lista única, em 1947, tendo como competidor Medeiros Neto, isolado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contou para tal até com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No começo de seu

3 THOMAZ, Omar. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 9. Ver também: PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia. Estudo de contato racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. p. 69 e 72. Sobre Freyre e a Bahia, ver: FREYRE, Gilberto. *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1944; FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Salvador: Fundação das Artes/EGBA, 1990. De Pierre Verger, ver: *50 anos de fotografia - Pierre Verger*. Salvador: Corrupio, 1982. p. 239-240 e 273-274.

4 Sobre o exílio, ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Otávio Mangabeira. Cartas do primeiro exílio (1930-1934)*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010.

governo (1947-1951), defendeu – talvez retoricamente – a legalidade do PCB em um quadro institucional cada vez mais restritivo à organização da classe operária, vigente no governo Dutra (1946-1951). Homem pio, devoto católico, foi velado no Palácio Rio Branco e sepultado no Campo Santo.

“Fino, educado, aristocrata de maneiras, de que foram provas as suas requintadas recepções no Itamaraty [Rio de Janeiro] e no Aclamação [Salvador]”, Mangabeira teria sido – segundo Menezes – “o mais democrata dos democratas”.⁵ Apesar de refinado, ele cultivava a proximidade com os subalternos, avançando em território de desejo das esquerdas. Em sessões públicas, o Palácio Rio Branco, sede da administração, se abria à população geralmente na quinta-feira. Faziam-se pedidos, resolviam-se problemas. O povilêu tinha vez junto do augusto Otávio, dizia a imprensa.

Apesar do luxo do palácio e da polidez do anfitrião, os encontros pareciam uma “audiência pública geral”. Homens e mulheres,

moços e velhos, gentes aos farrapos ou de pé no chão enchiam o grande salão das audiências, assim transformando em pátio das lamentações. E era de ver e admirar a paciência, a tolerância, o carinho com que a todos igualmente atendia (mais de 400 pessoas numa só tarde!), tendo para cada um não só a palavra que anima e consola, senão também a providência que minora o sofrimento, mitiga a fome, ou restitui a saúde.

Diverso da placidez do registro anterior (em que os subalternos estão em seu lugar), aqui não se recorda o ilustre nome em elogio irrefletido. Por intermédio tanto do Arquivo Otávio Mangabeira quanto das fontes da Polícia, é possível beneficiar a compreensão da experiência subalterna na sociedade baiana. O título, a propósito, vem de registro de ocupação de terras, em 1949, na periferia de uma Salvador que se espreguiçava de seu torpor dito colonial, com pobres e trabalhadores reclamando espaço, na cidade e junto ao governador. No lugar da aurora que cega com sua luz tudo que a nega, a alusão ao caminho da areia aponta, ainda mais, para o zelo com as circunstâncias, o cálculo do instante, o cômputo da antevisão – em cenário com diversos protagonistas. Um caminho de areia pode favorecer andamento rápido, com marcha adiante, nas pode ser terreno difícil ou volúvel. Nesse ano 1949, note-se, aliás, que as greves, aquelas que

⁵ MENEZES, Jayme. *Vultos que ficaram*: os irmãos Mangabeira. Salvador: Contexto & Arte, 2001. p. 208. Fonte usada no próximo parágrafo.

marcaram o pós-guerra e açularam os temores dos patrões e das elites políticas, já estavam em refluxo.⁶ Mas não as ocupações de terra. Também se dissolvera a excepcional euforia da vitória sobre o nazifascismo.

Escreveu E. P. Thompson que as potencialidades dos anos 1945-1947 nutriram expectativas de uma estratégia socialista, no entanto desmanchadas pela Guerra Fria. O Caminho da Areia foi uma ocupação sustentada por um PCB que, como em outros países, recebera um “par de algemas” – no lugar de um “par de alianças” – da recém-instalada democracia, conforme sintetizou Hélio da Costa. Este artigo, entretanto, não examinará o debate e as decisões – delicadas, talvez dramáticas (certamente tomadas após o traumático Estado Novo) – que induziram os comunistas a sustentar uma linha democrática.⁷

O PC da Bahia

Durante o Estado Novo, conforme João Falcão, o PC baiano se destacou na estrutura nacional partidária por ter sido uma rara seção estadual a empreender, com algum êxito, o mergulho na clandestinidade em fuga da repressão. Do fim da Segunda Guerra em diante, voltaria progressivamente à tona favorável a alianças abrangentes. Conforme a especializada reconstituição de Carlos Zacarias de Sena Jr., a linha de união nacional do PCB recebeu, de fato, aporte de baianos.⁸ Logo, não por acaso, a folha comunista *Tribuna Popular*, que era editada no Rio de Janeiro, ouviu os representantes baianos Giocondo Dias e João Falcão. Eles eram

6 Sobre as cobranças por ações enérgicas contra as greves, feitas por empresários ao presidente Dutra, ver NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 36. Sobre as greves na Bahia, ver: SENA JR., Carlos Zacarias. Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1946 na Bahia. In: LEAL, Maria das Graças de A.; MOREIRA, Raimundo Nonato P.; CASTELLUCCI JR., Wellington (Orgs.). *Capítulos de história da Bahia*. São Paulo: Annablume, 2009.

7 THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 135; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo*. São Paulo: Scritta, 1995. p. 40. O fenômeno de uma política democrática com lastro em alianças amplas não se restringiu ao Brasil nem à América Latina: os comunistas na Itália ganharam (mas não levaram) as eleições de 1948. Para a América Latina, ver: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

8 FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Salvador: Contexto & Arte, 2000. p. 121 e 170. SENA JR., Carlos Z. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

“um dos fatores de garantia da ordem e da tranquilidade”. O jovem Falcão, diretor de *Seiva* (periódico soteropolitano antifascista) e do *Momento* (jornal comunista da Bahia), declarou-se em prol da união nacional. Falando do PCB, este é definido como o partido “dos melhores filhos do povo” (parecer várias vezes conferido ao partido por sua própria imprensa). Giocondo Dias revelou à reportagem que o PC seria instalado no Dois de Julho, quando os baianos comemoram a Independência.⁹

À política baiana voltava também Juracy Magalhães, um dos melhores interventores de Getúlio (mas deste dissidente desde 1937). Logo, se o PCB baiano era importante em nível nacional, a seção Bahia da UDN, com suas alas mangabeirista e juracista, o era idem. Tanto Mangabeira e Juracy quanto Marighella (PCB) – escolhidos pela Bahia – foram deputados constituintes em 1946. Em paralelo à volta de uns para seus estados, outros atuavam fora. Vale então anotar que, na bancada de deputados constituintes do PCB-SP, nenhum era paulista. José Crispim era paraense. O médico Milton Caires de Brito e o romancista Jorge Amado eram do interior da Bahia, ao passo que o líder dos estivadores santistas, Osvaldo Pacheco, era de Malhada dos Bois, Sergipe.¹⁰ O número dois do PCB: Diógenes Arruda, embora alagoano, se fez liderança na Bahia; depois se elegendo deputado federal por São Paulo em 1947. Já entre os quatro parlamentares comunistas do Distrito Federal constava o judeu-baiano Maurício Grabois. Tudo isso é amostra não só dos deslocamentos migratórios, mas também da importância nacional de quadros políticos vindos do Norte do Brasil.

Enquanto os baianos se inseriam em importantes posições do PC, cresciam as tensões com o presidente Dutra. A 17 de janeiro de 1947, quando o PCB encerrou sua campanha eleitoral em ato público, falou Marighella. Segundo este, o apoio do partido à candidatura da UDN resultava de “compromisso público”. “Não obstante serem eles velhos políticos”, ressaltou, estavam “evoluindo, não tendo receio de aparecer junto aos comunistas”. Porém, por causa da hostilidade crescente, o ano 1947 seria de ruptura com os acordos firmados. Os comunistas perceberiam o alijamento em curso, tendo de lidar, ao mesmo tempo, com sua

9 *Tribuna Popular*, 8 jun. 1945. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), DPS, D 885, fls. 315.

10 Para a polícia, a “vida” de Osvaldo Pacheco foi “iniciada em 1935, lutando contra o fascismo”. Ingressou no PCB 10 anos depois. Aperj, DPS, D 1775, fls. 11.

frustração ante a marginalização impingida. Contudo, naquele dia 17, grupos ruidosos saíram do comício pelas estreitas ladeiras históricas, em ações de propaganda derradeira, no término da atividade eleitoral.¹¹

A 7 de janeiro de 1948, quase um ano depois, após cassação do registro partidário pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PC foi derrotado na Câmara dos Deputados. Nominalmente, 169 deputados aprovaram a cassação dos mandatos de seus parlamentares. “Todos os deputados estavam armados e eu, então, como militar, organizei um verdadeiro plano de campanha”, revelou Juracy Magalhães anos depois.¹²

Reservando para si os papéis de chefe político e militar da bancada constituinte da UDN, ele esclareceu:

distribuí os deputados comunistas pelos deputados udenistas, principalmente baianos da minha confiança. Eurico Souza Leão, que era um homem bravo, estava inteiramente integrado nessa linha de atiradores. E para não distribuir de maneira injusta a “caça” eu preferi para meu parceiro de luta, contra mim, o Gregório Bezerra, que era o mais famoso dos combatentes.

Foi uma jornada radiante na história da democracia e do Congresso brasileiro. Surgiram oportunidades na devastação. As vagas dos cassados deram novas chances a diversos outros, antes nas urnas derrotados. Defenestrado o PC (a quarta maior bancada da Constituinte de 1946), havia um bonançoso nicho do mercado da política para se tomar: eleitores em bairros operários tradicionais ou nos novos subúrbios, eleitores em sindicatos, eleitores usuários de serviços públicos, eleitores trabalhadores em espaços públicos.¹³ Descartar o PCB foi lucrativo a curto prazo, e não se pensou muito em algo danoso à democracia. Em algum lugar obscuro na cabeça dos parlamentares aquilo já devia ter acontecido. Retomando o que Marighella disse no comício de 1947, o problema de líderes como Juracy Magalhães não era o receio – mas a ojeriza – de figurarem junto dos comunistas, no mesmo espaço. Nesse modo de sentir, não havia posto no parlamento para uma esquerda pecebista. No lugar de abatê-la para abrir terreno, o

11 *Tribuna*, n. 10, 18 jan. 1947. Aperj, DPS, D 885, fls. 299, 300.

12 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. CD-Rom.

13 DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20-21, p. 87-122, 2004.

que se insinua é o fracasso da convivência. A abertura de novas vagas parece ser um vantajoso efeito suplementar.

Insistentes e esclarecidos apelos se apresentaram ao juízo das autoridades. Talvez inutilmente. Em 25 de agosto de 1947, o diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça encaminhou ofício à Divisão de Polícia Política e Social por causa dos montantes de “memoriais, cartas, telegramas e boletins” que chegavam a seu poder repassados por autoridades superiores. Sendo contra o fechamento do PCB, as remessas interessavam à Polícia para fins de registro. Em um abaixo-assinado, lê-se:

homens e mulheres de Salvador, Bahia, usando de um direito assegurado pela Constituição, protestam contra o brutal ato praticado pelos esbirros policiais na noite de 22 de agosto, comemorativa da entrada do Brasil na guerra.¹⁴

Cerca de dois anos depois, o PCB teria outra reunião frustrada pela “severa vigilância da Polícia”. Como prosseguisse insistindo em organizar atos públicos, o PC era acusado de conjurar contra a democracia, promovendo “agitação e intranquilidade”. Em Salvador, “os vermelhos baianos estão organizando à socapa uma passeata da fome” para 25 de agosto, dia de audiência com o governador, mas também Dia do Soldado. Segundo a matéria, os rubros pretendiam tomar a Praça Tomé de Souza, ajuntando-se defronte o palácio Rio Branco. Em sua disposição de impedi-los, a Polícia não ia se ausentar. Afora isso, o problema do PCB seria, conforme o *Diário de Notícias*, a indiferença da população. Pois,

se, na Bahia, houve algum governo que olhasse como um dever do poder público, com real interesse para os problemas da pobreza e se interessou mais pelos mesmos, atendendo aos mais necessitados do amparo oficial, esse governo foi o do sr. Otávio.¹⁵

A desapropriação do Corta-Braço foi uma dessas medidas. Embora “ludibriados” pelos comunistas, o governador sancionou “os terrenos a seus invasores”. Novamente quiseram demonstrar que, na disputa dos territórios da política, os comunistas nada valiam. Eles agora, para o governador da Bahia, pouco valiam mesmo. Já havia deixado claro – nas eleições – que o apoio do PC não gerava, nele, a obrigação de qualquer contrapartida. Também já havia sido eleito quase que em lista única, e a Guerra Fria subtraía a necessidade do convívio com os

14 Ofício, 25 ago. 1947. Memorial, 25 ago. 1947. Aperj, PPRJ, Geral, 26 K, fls. 2282, 2315.

15 *Diário de Notícias*, 25 ago. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 178. Fonte usada no próximo parágrafo.

comunistas. Contudo, lá estavam eles – e também a Associação Geral dos Trabalhadores (AGT) –, com o fito de congregar um ajuntamento e entrar no palácio, para entregar um memorial contra a carestia.

A *Cidade* recordou, a propósito, a promessa que Mangabeira fizera de manter abertas as portas de seu palácio. Eram, porém, em sua visão, umbrais para a frustração: “essas portas só estiveram abertas para os que se iludiram com a demagogia”, estando impedidas para “os trabalhadores conscientes” – aqueles classificados como os melhores filhos do povo. O jornal reclama contra “nova chacina” após o anúncio da manifestação. Naquele 25 de agosto, Salvador amanheceu ocupada. A Sé estava guardada pela cavalaria e por patrulhas. Em locais de concentração popular (a Praça Municipal e o Largo do Tanque), veículos com os “espancadores” da Polícia Especial e agentes vigiavam o vai e vem dos populares. Para coibir mais essa – dita – ilegalidade dos comunistas, cedo o presidente da AGT, Elson de Araújo, foi detido em uma padaria. À tarde, o vereador do PCB, Florivaldo Viana, escapou da prisão porque protestou veementemente, recebendo apoio de quem estava junto dele. Uma comissão da AGT não logrou avistar-se com o governador, ausente do palácio, segundo foi falado. Topou apenas com a Polícia. O tempo ruim prolongou-se até a noite, de acordo com a reportagem.¹⁶ O que se vê, na democracia restaurada do pós-1945, era a fustigação de dois alvos: um, Prestes e o comunismo; outro, Getúlio e o trabalhismo. Nisso, tanto Juracy quanto Mangabeira foram provocativos e tentadores.

Aclamado pelos jornais

*O Senhor do Bonfim terá algumas velas a mais, no seu altar, o vatapá será mais grato ao paladar do baiano; novo tom de alegria e festa animará os sinos das 365 igrejas da cidade do Salvador.*¹⁷

“Será um governo de portas abertas”, anunciou o governador eleito Mangabeira no Rio, onde residia, dada sua incumbência de liderar – nacionalmente – a UDN. Depois dos despachos pelas manhãs, as tardes seriam dedicadas “aos assuntos políticos e para atender a quem quiser falar com o governador, sobre o

¹⁶ *A Cidade*, 10 set. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 143.

¹⁷ *Jornal do Commercio*, 30 mar. 1947. Centro de Memória da Bahia (CMB), Arquivo Otávio Mangabeira, OM 5877.

que entender”.¹⁸ Em contraste com os interventores de Vargas – ora vistos como usurpadores, ora criticados como ineficazes na solução dos problemas baianos –, Mangabeira era dado na imprensa como filho frutuoso. Com ele, supunha-se, a Bahia retomaria seu lugar merecido.¹⁹ Empossado, ele investiu na engenharia da “coalizão”, buscando aproximar a UDN do presidente Dutra (Partido Social Democrático – PSD). O udenismo baiano era sábio e assim compensava o negativo resultado dos paulistas, vencidos pelo Partido Social Progressista (PSP), de Ademar de Barros. Com o apoio do PC, a vitória deste último era uma “gravíssima ameaça à segurança de nossas instituições”, demonstrativa não só da “cegueira das multidões”, mas da “insensatez” da UDN paulista, cuja candidatura própria dividiu os votos dos ditos democratas.²⁰

Segundo o *Time*, Otávio estava na condição de “homem mais importante do País” ao desembarcar, no Rio, de aéreo que Dutra remetera para trazê-lo. “Havia meses que falara da coalizão; agora ele tinha chances de fazer alguma coisa”, avaliou a revista. Depois de várias sessões no Hotel Central – em cujas instalações circularam chefes militares e políticos –, brigas facciosas no Congresso foram minimizadas.²¹ Acordo fechado, esperavam-se recursos federais para a Bahia. Para um general pouco sedutor como Dutra, Mangabeira era um porto seguro. Versado em inglês, era bom também para a vizinhança com os Estados Unidos.

Das portas fechadas com o presidente, Mangabeira voltou ao cenário das audiências no palácio aberto ao povo. Com o passar do tempo, tais audiências ficaram “conhecidas no País”, noticiou-se efusivamente. Por meio delas, Mangabeira aproximava, “o mais que pode, o povo do governo, evitando, por esse modo, que haja intermediários entre o governo e o povo”. No estilo rejeitado como populista – pois que sem intermediários entre povo e governo, dispensando partidos e instituições –,

não há pessoa na Bahia, ainda que seja um mendigo, que, desejando falar pessoalmente ao governador atual, não o consiga. Não há pretensão justa, não há queixa procedente, nem há direito postergado na esfera administrativa do estado ou dos

18 *Diretrizes*, 31 mar. 1947. CMB, OM5880.

19 Juracy Magalhães (1931-1937), Antônio Dantas (1937-1938), Landolfo Alves (1938-1942) e Pinto Aleixo (1942-1945) foram interventores de Vargas. Em contraste, Otávio Mangabeira encarnava autenticidade autóctone, liberalismo e promessa de prosperidade.

20 *A Tribuna*, 31 jan. 1947. CMB, OM5844.

21 *Time*, 24 nov. 1947. CMB, OM5918.

municípios, que não possam ser levados ao conhecimento do primeiro magistrado baiano, pelos próprios interessados. É o contato mais íntimo e seguro, que possa haver no Brasil, entre governados e governantes.²²

De Otávio – em contraste com as censuras a Getúlio – não se ouve o chiste do zigue-zague entre a demagógica paternidade dos pobres e o conluio maternal com os ricos. Sem querer manipular ninguém (de novo em contraste com o que se afirma sobre Getúlio), o governador acenava com candura aos afligidos. Mangabeira era, então, elogiado por ser o presidente do Instituto dos Desamparados, alocação que a imprensa divulgava para indicar seu propósito de acolher a população desassistida pela legislação trabalhista ou previdenciária – em uma nova alfinetada em Vargas.²³

Intimidade e segurança; lhanza e conciliação; Mangabeira trazia consigo a “Bahia na posse de si mesma”. “As lutas partidárias morrem nos limites do território baiano”, assegurava o deputado Nelson Carneiro quando das comemorações dos 400 anos de Salvador, em 1949. “O governador atende a todos, pobres e ricos, de dia ou de noite.”²⁴ Em terra de desigualdades, Mangabeira restaurou segredos da formação social brasileira. Sem apelos a ideologias estrangeiras, sem o regime de força da direita, sem a impessoalidade da firma capitalista, ao recriar a ambiência de encontro entre os diferentes no espaço de uma casa-grande, voltava à política a sabedoria senhorial dos baianos sobre as relações cotidianas e íntimas. Embora não fosse um herdeiro direto do sistema agrário e patriarcal, sua biografia se entrelaça à política oligárquica baiana.²⁵

Em que consistiam as audiências com o povo promovidas por Mangabeira? Comparando com o que sabemos das cartas enviadas a Vargas, pouco se conhe-

22 *Diário de Notícias*, 8 nov. 1948. CMB, OM5949.

23 Outro opositor do getulismo, Carlos Lacerda, procurou receber o povo em audiências públicas, quando governador da Guanabara. Hábil orador, reconhecimento feito também a Mangabeira, Lacerda criou a Fundação Otávio Mangabeira, responsável pela construção de escolas primárias e ginásias. Outro ponto de contato entre Mangabeira e Lacerda foram as ocupações, com o segundo promovendo a remoção de favelas, o que era visto como uma solução preventiva para problemas de segurança.

24 *Jornal do Brasil*, 16 set. 1948. CMB, OM5967.

25 Sobre a política baiana, ver: SAMPAIO, Consuelo. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EdUFBA, 1998. Ver também: SILVA, Paulo S. *A volta do jogo democrático. Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

ce.²⁶ As cartas a Vargas geravam um processo de registro e atendimento, sendo arquivadas, e é possível saber certas respostas dadas. Também vinham do Brasil inteiro, não só porque eram dirigidas à Presidência, como também eram remetidas pelo correio. “De hoje em diante não haverá mais intermediários entre o governo e o povo”, anunciou Getúlio, “e a Alzira pagou o pato”, recorda-se sua filha em seu livro de memórias.²⁷ Chamada pelo pai-patrão, recebeu um punhado de cartas e, segundo lembra, ouviu: “estas pessoas escreveram diretamente para mim. Quero honrar minha palavra”. É bem provável que Otávio Mangabeira também quisesse honrar a sua, aquela que, por meio da imprensa, espalhou a promessa do palácio de portas abertas. Todavia, nem parece existir registros das audiências ao povo em seu arquivo pessoal – afora as reportagens usadas aqui –, nem deve haver, por isso mesmo, uma bibliografia escrita por pesquisadores. Como era algo informal, não há nada procedimental similar ao que as cartas geravam. Dado que as audiências exigiam a presença pessoal do governador, é claro que nem sempre cabiam na agenda de um líder como Otávio. Além disso, não parece ter havido uma prática itinerante de dar audiências. Era para todos os baianos, mas só de fato para quem conseguia a chance de ser recebido em Salvador. Getúlio recrutou a filha; Mangabeira, ao que consta, dirigia a cidadania a um oficial de gabinete, sem que isso fosse regido por um protocolo ou burocraticamente gravado. De todo modo, a respeito das audiências, o já citado *Diário de Notícias* deixava atestado a seus leitores que, na intimidade, gozando da prosa com o governador, não havia intermediários entre povo e governo – coincidentemente igual ao que as cartas deviam produzir. *Folha Carioca* conta que cerca de 300 pessoas eram atendidas. Contudo, após esse dado (que deve ser apenas uma frouxa estimativa), seguem-se os louvores que já se viu aqui: do palácio ninguém saía sem conforto ou confiança. Um sorriso, uma prece – nada de demagogia –, “tudo é feito sem artifícios, dentro de um ambiente de cordialidade que nunca se

26 WOLFE, Joel. “Pai dos pobres ou mãe dos ricos?” Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*, n. 27, 1994; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; REIS, José R. Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2002; FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Unicamp, 2006.

27 VARGAS, Alzira. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960. p. 332.

perturba”²⁸ Finura e imperturbável tradição, que não se altera nem mesmo ante o desgoverno, na hora taxado de desvario...

Em uma ocasião, apareceu uma mulher que queria tomar conta do palácio. Poucos se inquietaram, pois não eram os bolcheviques. Em salão repleto,

eis que, de imprevisto, destacou-se uma crioula de estatura mediana, trajada de azul e ostentando uma rosa na blusa. Dirigiu-se ao governador e apresentou-se: “eu sou D. Maria de Orleans e Bragança. Quero residir no Brasil e vim ocupar o Palácio. Mandarei os móveis a qualquer instante”. O sr. Otávio Mangabeira compreendeu do que se tratava, teve um sorriso de condescendência e, como sabia não dever contrariar a pobre mulher, evidentemente uma desequilibrada, replicou: “seja bem-vinda”. A “nobre senhora” então interpelou-o: “não recebeu aviso do meu ministro? Que descuido foi esse?!”, e o governador respondeu: “como sabe, essas coisas demoram a chegar. Naturalmente houve atraso devido à burocracia...”

Ao crescer “exigências” – loucas demandas –, foi dirigida a um oficial de gabinete, encarregado das “devidas providências”.²⁹ Não é possível saber o que era devido, mas providenciou-se o costume. A desenvoltura da licenciosa mulher serviu para sua própria anulação. Dada sua ousadia, buscou-se diminuir a confiança dos de baixo em si mesmos. Dando o ocorrido como memorável, *A Tarde* fez seu despacho. Dona Maria patética – a “crioula” exigente e em transe – foi tratada com a condescendência dos altaneiros. Na familiaridade do palácio, que ela não dominava de todo, foi também degrau para o governador, mas este não era dos que pisavam nos outros sem necessidade. Seu disparate virou espelho para um cavalheiro enxergar a gratidão que sua figura devia despertar nos outros. A matéria jornalística notou que o caso devia ser remarcado na memória. E terminou com aplausos para Otávio. Com Getúlio, o homem cobiçado pelo avesso, era diferente, mas isso não é o motivo deste artigo.

Convivência popular

Na Bahia, nem sempre a arte da conciliação coube a Otávio Mangabeira. Equilibrar difíceis condições de vida em uma convivência apertada tanto por baixos salários quanto pelo *deficit* de moradia era uma arte da cultura subalterna. “O povo

²⁸ *Folha Carioca*, 2 jul. 1949. CMB, OM6008.

²⁹ *A Tarde*, 8 out. 1948.

da Bahia já não encontra onde morar”, foi essa a manchete de uma matéria do jornal comunista *O Momento*. O quadro geral, segundo a fonte, era desesperador.³⁰

A parte central era a “preferida”. Nos subúrbios ou nos bairros distantes das atividades essenciais, “ninguém” queria morar (afirma a reportagem). Uma razão para isso era a Companhia Linha Circular de Carris (CLC), que explorava a concessão pública do transporte coletivo. O preço alto da passagem e o número insatisfatório de bondes – afora os acidentes – justificavam essa preferência pela vizinhança com a “cidade”. Nesta, porém, as possibilidades definham devido ao arruinamento, à falta de empreendimentos e à valorização do que restava no centro, o que trazia a especulação. E tudo isso corroborava a prática popular de habitar coletivamente. Mais longe, ocorria o paulatino povoamento das periferias, onde talvez a casa própria fosse possível.

Em 1947, por ocasião de visita de Dutra a Mangabeira, a militância pecebista apontou para problemas adicionais. “A miséria, a fome, as doenças e a falta de habitação constituem realidades de todo o dia”, lê-se em memorial. Indicando estatísticas segundo as quais, na Bahia, um tuberculoso morria a cada cinco horas, o abaixo-assinado atesta: “não poderia ser de outra forma”. Comparando salários com o custo da carne, leite e pão, o documento argumenta que faltava o indispensável para sobreviver – “sobretudo considerando-se a crise de habitação”. Seus signatários reclamam da também da CLC: “tortura-nos com um péssimo serviço”, cujo valor também podia ser novamente majorado. A isso tudo é somado o temor ao “espectro do desemprego” e da mendicância, vistos nas tecelagens e curtumes abatidos por restrições creditícias da política de Dutra. Além disso, rogava-se ao presidente que respeitasse a Constituição, “violada” pelo fechamento das organizações sindicais, pela cassação do PCB, pelo comportamento repressivo da Polícia e pelos ataques à liberdade de imprensa, exemplificados com o “assalto” sofrido pelo *O Momento*.³¹

Em resumo, o povo e a militância de esquerda tinham de se virar em espaços bem apertados. Era preciso saber viver.

30 *O Momento*, 7 maio 1945. Fonte usada nos próximos dois parágrafos.

31 Abaixo-assinado, 10 jun. 1947. Aperj, PPRJ, Geral, 26 K, fls. 2.320, 2.321.

Areia e Alagados no caminho da união nacional

Em abril de 1947, em virtude de ordem da Prefeitura, uma ameaça de despejo de comunidade ribeirinha da Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ) mobilizou a atenção de vereadores pecebistas. Suspensa a “ordem de demolição”, seus moradores compreenderam a necessidade da luta organizada, noticiou a *Tribuna*, outra folha da imprensa comunista. Segundo a matéria desse jornal, tendo compreendido o que se passava em contato com os vereadores, os posseiros constituíram uma associação para “conseguir um terreno”, prometendo “desocupar, no menor prazo possível, as adjacências da Lagoa”.³² Às vésperas de sua cassação, o PCB envida esforços em busca de barganha e arranjo, acomodando tensões. Eis aí um exemplo de sua franqueza quanto à união nacional. Em 1949, em Salvador, não seria mais assim: a resposta – fosse a do povo, fosse a do PC – seria distinta.

Em outubro de 1949, quando um informe policial participa que terrenos do Caminho da Areia, na capital baiana, “foram ocupados pelos operários”,³³ não só a atitude dos parlamentares pecebistas foi a de armar-se para os confrontos junto com os ocupantes que também preferiram resistir. Se no Rio houve retirada, agora a história diferiria. Mas discrepar não seria fácil. Na Guerra Fria – mas também na cordial convivência dos brasileiros –, a democracia ia lado a lado com o anticomunismo.

Sitos em Itapagipe, os Alagados são uma área periférica cuja política de ocupação a idealizou como subúrbio industrial. Para a população que já acorria ao lugar, não era de todo desvantajoso, debitadas as precárias condições. Além do mercado de trabalho industrial que ali existia, a vizinhança tanto de Plataforma (sítio fabril têxtil) quanto de Lobato (pioneiro na extração petrolífera) oferecia empregos e alguma alternativa de terrenos sem cercamentos pela propriedade privada. Não apenas objeto de disputa territorial, os Alagados eram terreno de competição política. Chegado da Ilha de Maré (baía de Todos os Santos), trazido para Salvador por seu pai em 1919 para ser aprendiz de ferreiro nas oficinas da Companhia de Navegação Baiana (localizada em Itapagipe), João dos Passos se tornou operário e sindicalista. Destacado militante do Sindicato dos Profissionais

32 *Tribuna*, 21 abr. 1947. Aperj, DPS, Associação dos Moradores da Beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, D 1251, fls. 2.

33 Relatório, 21 out. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 94.

de Tramways, Telefone, Força e Luz e, depois, do Sindicato dos Metalúrgicos, é uma das maiores lideranças do movimento operário baiano. Cassado e torturado em 1964, voltou à cena posteriormente. Itapagipe era – igualmente – zona do Anjo dos Alagados, irmã Dulce. Desde os anos 1930, ela atuava na assistência aos aflitos e aos trabalhadores por intermédio do Círculo Operário da Bahia.³⁴

Conforme o investigador JBA-19, o Caminho da Areia, que era uma área de Alagados, pertencia ao Banco Mercantil Sergipense e a particulares, não sendo estes especificados. “Os donos”, sem nada conseguir, tinham “lutado” para expulsar os invasores. Se o juiz não acelerava o processo de imissão de posse, os comunistas – à frente o “vereador de Prestes” Almir Matos – providenciavam assistência, “protelando o desfecho”.³⁵ Duas semanas depois, enquanto JBA-19 aludia à pré-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência como um “cadáver”, seu usual alvo – aquilo que chamava de comunismo – “não cessa um dia suas atividades”. Dado o alarma, o exemplo do dia eram os eficientes posseiros – e o batismo de seus casebres de Vila Rui Barbosa. “Visam”, com o nome dado, “a evitar a ordem judicial” de abandono do local. Um comício, realizado no dia 8 de novembro, fez o batismo. Prestigiados com garantias e visitas de políticos e jornalistas, os ocupantes eram “insuflados para resistir ao governo e à Polícia”. Não era um assunto menor ou local, afirmavam-lhes os simpáticos a sua causa. Era um problema da sociedade brasileira. De fato, lideranças do PCB de estados fora da Bahia passaram por ali. E já se criara a Sociedade de Defesa da Vila Rui Barbosa, presidida pelo mestre de obras Paulo Costa, tido como “comunista militante” e “orientador” dos posseiros.³⁶

Céleres, operosos e rijos – bem como versados no engenho do improviso e do reaproveitamento –, os pobres moradores impressionaram pela saída criada: deslocaram-se rapidamente e construíram sobre espaços baldios e banhados. Aterros e palafitas salientaram-se. Diva Barbosa Machado, octogenária, diz recordar-

34 “João dos Passos, embora banido e foragido, guardou a chave do Sindicato do qual fora expulso pelo Golpe de 1964. Ele a devolveu simbolicamente à direção eleita em 1982 na Chapa das ‘Oposições Sindicais’, que significativamente levava seu nome.” CASTRO, Nadya. Sindicalismo metalúrgico: mesmas cenas em outros cenários?. *Cadernos do CRH*, n. 14, p. 83. Sobre o circulismo na Bahia, ver: SOUZA, Evergton Sales. O movimento operário católico na Bahia: o Círculo Operário da Bahia (1937-1962). *Cadernos do CEAS*, n. 158, 1995. Aí vemos que a Igreja era protagonista de política “avançada”. Consequira posição em território de desejo das esquerdas: os trabalhadores.

35 Relatório, 21 out. 1949, fonte já citada, fls. 94.

36 Relatórios, 10 nov. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 38-39, 83-84.

-se bem de sua primeira morada, uma palafita, sobre a maré do manguezal: “levei as telhas de canoa. Lembro que no início forrei o chão de jornal para fazer de cama e também usei como lençol”.³⁷ Era preciso coragem, afora a precisão.

“Estive anteontem no Caminho da Areia”, relatou JBA-19 no dia 16 de novembro. Com antevisões, seu relatório traz receios. Mobilizando os residentes de cerca de cem casebres, ele supunha que os comunistas esperavam desmoralizar a Polícia com a tenacidade de seus moradores. Arrumariam um “massacre” (da população pela Polícia), “para depois explorar o acontecido”, daí obtendo do governador a desapropriação. A “colônia”, depois de estabelecida, irradiaria rebeldia para “novas aventuras”. Saindo “vitoriosos dessa experiência de ação direta, em que, desafiando e zombando dos governantes, ocupam a propriedade alheia”, os “trabalhadores comunistas” convocariam visitantes de outros estados para verificarem seu êxito. Porém, nas novas ousadias que ele previu, nada de insurreições. JBA-19, que por mais de uma vez igualou os posseiros à militância pecebista (deixando de lado a tese da manipulação do inocente útil), avisou que o PCB encetaria campanha do abono de Natal, via Associação Geral dos Trabalhadores – “foco de agitação vermelha”. “Deveria ter suspenso o seu funcionamento”, encomendou.³⁸ Ocupação em novembro, abono natalino e AGT: eis aí a presença dos comunistas no pós-guerra. Apelando ou não ao espírito de ordem e colaboração, lutas populares e sindicais, com suas pautas e formas de organização – formal ou informal – iriam caracterizar sua presença na experiência republicana até 1964.

Talvez porque quinta-feira fosse dia de audiência com o governador, o povo da Rui Barbosa foi à cidade. Nesta, recorreu a Simões Filho, o jornalista proprietário de *A Tarde*, imiscuindo-se no atendimento que o jornalista destinava a amigos e coligados em seu gabinete.³⁹ Falando em nome dos posseiros – cujo número encheu o primeiro andar do prédio da folha soteropolitana –, um deles situou que ocupavam terrenos “aforados à Marinha”, na “beira do mangue”. Se as habitações fossem derrubadas, esse povo, com cerca de 6 mil almas, não teria para onde ir; prognosticou. Era essa a razão do apelo ao “chefe”, para que “advogasse a sua causa”. Após ouvir, Simões Filho disse-lhes que já se mantinha a par do caso. Ele também garantiu que o governador não “consentiria em atos violentos, prin-

37 *Correio da Bahia*, 11 fev. 2007.

38 Relatórios, 16 nov. 1949, 23 nov. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 10-11, 86-87, 89.

39 *A Tarde*, 2 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 132.

principalmente contra os pobres”, que zelaria pelo benefício dos “menos favorecidos” – sem esquecer o direito de propriedade. Palavras talvez ouvidas com alívio, com os presentes agradecidos, bateu-se foto diante do elegante prédio da *A Tarde*, vizinho à Praça Castro Alves. Nela encontramos um ou outro de gravata ou chapéu, um de punho erguido; a esmagadora maioria de branco (o verão abrasava). De pele parda ou preta, homens e mulheres, jovens e crianças.

No dia seguinte, o ato de deslocar nova comissão ao palácio Rio Branco foi decidido, possivelmente, após denúncia de plano “sinistro” que *O Momento* espalhou. Segundo este, um juiz recebera o encargo, de um colega magistrado, de dar ciência, ao chefe de polícia, do dia em que deveria cumprir-se o mandado de remoção dos invasores. Afirmando transcrever o documento, o jornal chama de fiasco a mediação conciliatória de Mangabeira, aludindo à chegada de violenta investida encomendada à Polícia pela Justiça. O fato é que *O Momento* noticia a ida dessa nova comissão da Rui Barbosa ao Rio Branco, para avistar-se com Mangabeira.⁴⁰

Naquele dia em que *A Tarde* fora visitada, os posseiros haviam buscado (sem sucesso) diálogo com Mangabeira no Aclamação. De volta de viagem ao Rio de Janeiro, onde fora tratar da sucessão presidencial, o governador talvez desembarcou cansado. Ou nem tempo teve para descansar. Pois Mangabeira era crucial nas *démarches* da sucessão de Dutra no Catete. Saído do avião, já na pista, chefes militares – Juarez Távora na vanguarda – ombrearam-no. Chefes civis, da UDN ou PSD, magistrados, secretários, chefes religiosos estavam ali para saudar e ouvi-lo. No dia 1º, os 6 mil posseiros não tiveram vez junto a Otávio. Mas eles, como se viu, não perderam de todo a viagem, indo atrás de Simões Filho.

No dia 2, porém, o pequeno comitê da Sociedade de Defesa (encabeçado pelo presidente Paulo Costa) conseguiu não só o encontro com Mangabeira como também a promessa de que viria a desapropriação reclamada pelo vereador Florivaldo Viana em projeto de lei. O governador teria assentido em considerar as terras em litígio como de utilidade pública. De volta à vila, realizou-se vibrante comício. A reportagem do *O Momento* rejubilou com o “indescritível entusiasmo” dos moradores, proclamados donos de seus casebres “conquistados ao mangue”.⁴¹

40 *O Momento*, [s.d.]. Aperj, DPS, D 885, fls. 125-127.

41 *O Momento*, [s.d.], fonte já citada.

Contudo, isso não dependia só da arte de conviver com as marés, viver sobre palafitas ou aterrar a lama.

No dia 7, oficiais de justiça e policiais foram ao local para cumprir ordem de despejo, requisitada pelo Banco Sergipense. Para a *Imprensa Popular*, a vila era quase uma cidadezinha: “sete mil posseiros levantaram mil e quinhentas casas de telha, em ruas e avenidas bem traçadas”. (Era exagero: crescendo com incrível rapidez, já havia moradias telhadas e vias de tráfego; nada de mocambos, lama e improvisos.) Imediatamente, conforme a notícia, uma delegação da Sociedade de Defesa requereu ao governador Mangabeira uma solução, consistindo esta na desapropriação do terreno.⁴²

Em 12 de dezembro, o informante do Dops registra irritado o andamento errático do processo. Enquanto permanecia a “agitação”, ele descreve que o oficial de justiça e soldados da Polícia Militar apareceram apenas para “dar a impressão que o governo autorizou o cumprimento do mandado judicial”. Resultado: “inamovíveis” os posseiros, que – óbvio – se esmeravam em amealhar mais espaços. Surgiam “novos barracos”, um alerta que afiançava a crescente contabilidade que os comunistas, com propósitos e números distintos, também faziam. Em discurso inflamado na Câmara, o vereador Almir Matos repudiou Mangabeira censurando-o por seu jogo duplo: promessas de solução e ação policial.⁴³ Outro pronunciamento – no Congresso Nacional – foi o do parlamentar Pedro Pomar (PSP-SP), que denunciou o “massacre” dos posseiros baianos pela Polícia de Mangabeira. Ele lembrou que havia dias apontara as ameaças pairantes sobre os “8 mil posseiros”. Em réplica, o deputado federal baiano Nelson Carneiro (UDN) defendeu o governador, “dizendo-o um democrata”.⁴⁴

Mangabeira compareceu acompanhado do chefe de polícia. Encontraram “gente pobre”; não um viveiro rebelde. O governador ordenou sustar a demolição, vigente com o concurso do policiamento. Apesar do que mandasse a lei, assegurou que ninguém seria desalojado. Na matéria do *Globo* não se fala em 1,5 mil casas em área da Marinha (como faz a imprensa comunista), mas em “muitas centenas” – de qualquer modo ameaçadoras ao direito de propriedade. Mangabeira também mandou diligenciar se havia alguém explorando a situação, cons-

42 *Imprensa Popular*, 8 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 218.

43 Setor trabalhista, 12 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 22.

44 *Imprensa Popular*, 14 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 219.

truindo casas para alugueres. Apontando para isso, abriu a possibilidade para afirmarem que aqueles coitados eram vítimas de especuladores, em acréscimo a políticos aproveitadores. Para *O Globo*, havia ainda os agitadores profissionais. Eram os comunistas, que incitavam os pobres à ira. Isso era nodal na versão da notícia. Pois assim, apenas com Mangabeira, os ganhos eram reais, eram alcançados pacificamente. Com os comunistas, eram espúrios e ilegais. Seriam provisórios e contra o direito. A Secretaria de Segurança comunicou, em nota, que o chefe de polícia ordenou recuada do policiamento após a visita do governador. Sem policiamento não havia despejos. Abordou ainda a escaramuça entre Florisvaldo Viana (mais “outro elemento” do PC) com os agentes de polícia destacados para o local. Logo pela manhã do dia 12, armados, os comunistas insuflaram “invasores” contra os guardas em retirada, que apelaram aos cassetetes. Depois “grupos de invasores” percorreram redações dos jornais, “conduzidos ingenuamente por agentes comunistas”. O *Diário da Noite* noticiou “sangrentos acontecimentos”. Florisvaldo e um seu camarada buscaram “invadir as propriedades”, o que talvez seja indício de retomada dos terrenos subtraídos da ocupação pelas demolições.⁴⁵

No início de 1950, novo visitante – um repórter da *A Tarde* – apareceu no Caminho da Areia.⁴⁶ Cinco anos antes, *O Momento* fizera uma matéria sobre o *deficit* de moradia na cidade; agora, *A Tarde* investigava “as invasões de terrenos”, apelando “solução definitiva”. Explica-se que uma gente pobre, premida pela precisão, conseguia levantar casebres e palhoças na calada da noite, forjando verdadeiras cidades. O fato ocorrera primeiro no Corta-Braço. Recém-empossado, Mangabeira desapropriou os terrenos, acolhendo os anseios de seus moradores. Desde logo, todavia, a imprensa enxergou a presença adicional dos aproveitadores, que tanto encorajavam as construções quanto especulavam com alugueres. Em fins de agosto de 1949, “a invasão mais grave, por ser a maior e atrair maiores interesses” (inclusive a atenção do público), era a do Caminho da Areia. Como sempre, quando os proprietários “abriram os olhos”, as moradas “já estavam de pé e habitadas, enquanto outras eram febrilmente armadas”. Consta, por sinal, que

45 *O Globo*, 14 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 202. *Diário da Noite*, 14 dez. 1949. Aperj, DPS, D 885, fls. 176.

46 *A Tarde*, 3 jan. 1950. Fonte usada nos próximos cinco parágrafos.

o depósito de materiais de construção no porto do Bonfim lucrava muito com o acontecido.

Os moradores que haviam conseguido manter suas telhas “no lugar” depois dos despejos de novembro e dezembro estavam apreensivos. Temiam a volta das derrubadas e da Polícia. O principal nervoso, alegavam, era não ter para onde ir:

muitos daqueles lares têm, somente, quatro caibros fincados no massapé, com cobertura de telhas ou de folha de flandres, sem paredes, sem nada. Outros pegaram a lama e a espalharam sobre o trançado de cipós, edificando a “parede de sopapo” [...]. São, ao todo, mais de cem famílias que ali residem, sem qualquer conforto, obrigadas pela necessidade [...]. Há, também, exploradores, que vão sendo descobertos. Estes têm algum capital e vão fazendo na surdina suas casas para mais tarde alugá-las. Mas a maioria dos “posseiros” é constituída de gente pobre, cujos salários não permitem pagar aluguel. Há, também, militares: sargentos da Polícia e da Marinha, notadamente fuzileiros navais. Nem todos, entretanto, são desta capital. Muitos vieram de fora. Há um bairro de sergipanos e há casa levantadas por indivíduos que possuem outras propriedades no Recôncavo.

Os moradores que cercaram o repórter (“cada qual contando sua história”) reconheciam que erravam. Porém, disseram que apenas assim agiram porque

pensavam que o terreno fosse sem dono, e também porque não tinham onde morar. Agora, quando haviam gasto todas as economias e se coberto de dívidas para arrumar as suas casitas seria uma cousa impossível, uma barbaridade, tocá-los dali, pois não sabiam para onde ir.

Essa era sua “dura realidade”. Em paralelo ao policiamento, ali designado para impedir desdobramentos, os residentes permaneciam na “faina de melhorar, tapar os buracos das casas aproveitando a hora do almoço, o fim da tarde, a noite, as primeiras horas da manhã”. Pelo que se vê, era uma gente que tinha algum trabalho. Uma parte parecia ser de migrantes vindos do Sergipe ou do vizinho Recôncavo, mantendo com este rotas de ir e vir (*vide* as citadas “outras propriedades”, que bem podiam ser pedaços de terra de roceiros recém-transferidos para a capital).

Em diálogo surdo com a imprensa pecebista, *A Tarde* estima não haver mais do que cem lares na Rui Barbosa. Mesmo assim, falou em verdadeiras cidades, como a folha pecebista fizera. Para esta, era motivo para desapropriar; para aquela, era motivo para os proprietários não vacilarem. Embora houvesse lotes delimitados, os especuladores não foram avistados pela reportagem. Mas as lavadeiras se

faziam ver. Elas, que na ocupação da Estica também haviam se destacado,⁴⁷ agora apareciam às dezenas nos arredores de uma fonte no Jardim Cruzeiro, próxima da Rui Barbosa. Inquietações atingiam também o Banco Sergipense, o governo e a prefeitura. O primeiro aguardava autorização para retomar os despejos, lamentando que a ocupação se dera na hora em que o Caminho da Areia sofria obras de terraplanagem para loteamento. O governador Mangabeira encomendara levantamento de terras que pudessem ser vendidas ou aforadas aos pobres. Esperava que a Prefeitura fizesse cumprir as posturas que determinavam o cercamento de terrenos baldios. Resguardando o caráter excepcional de amparo ao problema social emergente no Corta-Braço, na Estica e na Rui Barbosa, *A Tarde* ansiava por ver um “paradeiro” para as invasões. O direito de propriedade – “base de nossa estrutura econômica” – precisava se livrar de sua exposição às emergências dos necessitados. A modernização da Bahia passava pela contenção do paternalismo para com os pobres. Mas isso não seria nada fácil.

Afinada com Mangabeira, *A Tarde* evita atazanar o PCB. Mas não deixa de querer neutralizá-lo. (Talvez fosse melhor não mencioná-lo, para não dar destaque.) O limite da tolerância é indicado no suposto agenciador – subversivo ou especulativo – que explora as necessidades dos subalternos. Resta, todavia, outro interlocutor: Vargas e seu prestígio popular. Presidir o Instituto dos Desamparados exigia sensibilidade na questão social, em tons paternalistas. Cercados por gente pobre que apareceu contando suas histórias e fundamentando suas causas (com queixas e pedidos) – expondo seus causos e negociando –, tanto Simões Filho e Mangabeira quanto o repórter devem dizer que se importam em ouvir e atender às classes populares. Se os posseiros reconhecem seu erro – falta de respeito com a propriedade alheia –, se encenam sua humildade com o impacto emocional que sua pobreza pode produzir, aceitando expectativas das autoridades quanto a seu lugar e comportamento, se aludem a sua falta de horizontes, sublinhando a vitimização que sofrem, nada podem a não ser arrepender-se de suas patuscadas, esperando compreensão. Sem opções, acorreram ao Caminho da Areia. Para o repórter, talvez tenham admitido dar ouvidos a gente errada (os comunistas), do que estariam arrependidos. Outrossim, estiveram sujeitos à ação solerte de exploradores. Mandá-los para a rua seria uma “barbaridade”. Algo impensável em uma terra em que as pessoas de bem se incomodavam com a sorte

47 *Tribuna Popular*, 13 ago. 1949. Aperi, DPS, D 885, fls. 330.

daqueles que nada tinham a fazer a não ser – sem letras e sem cultura – responder a impulsos e carências.

Ninguém mais do que “Mangabeira volveu, como administrador, os seus olhos para a pobreza”, afiançava a imprensa. Essa inclinação era demonstrada tanto nas audiências quanto nas realizações administrativas (escolas, hospitais, prisões). Aí reside um ponto forte na política do governador. Competir contra o getulismo e o comunismo exigia algo que Mangabeira se dispunha a empreender: uma notável administração. A paz política no bloco de centro-direita que ele ajudou a produzir para Dutra, além de embalar seus planos de candidatar-se nas eleições presidenciais de 1950, verteu na Bahia recursos importantes. Salvador, que era um sublime museu (arruinado) a céu aberto, ganhou com Mangabeira um hotel de primeira classe, o Hotel da Bahia.⁴⁸

Cidade alta e baixa

A Vila Rui Barbosa sofreu com a Polícia, as demolições e os despejos. Não veio a ser um reduto insurgente capaz de rapidamente atrair acólitos e moradores aos milhares enquanto se armava para contendas sempre mais duras, tanto acarretando a desmoralização das autoridades quanto produzindo autoconfiança e autossacrifício em suas hostes. O número de seus moradores não cresceu aos saltos, nem o heroísmo e a abnegação foram sua marca. Além disso, a vila não dispensava o contato com a imprensa e as autoridades, por intermédio de quem podia arrumar algo. Apesar de sua habilidade coletiva em rastrear espaços, deslocar-se em rede e movimentar cargas e ideias, o povo da Rui Barbosa não duelou sem tréguas. Mesmo assim, se as greves dos trabalhadores declinaram no decorrer do governo Dutra, as ocupações eram uma forma de luta. E, de qualquer modo, ambas – greves e ocupações – evidenciavam que os trabalhadores queriam seu espaço no novo quadro da sociedade urbanizante e com eleições de massa.

Portanto, os anos entre 1945 e a segunda eleição presidencial de 1950 são uma fase propícia para verificar os primeiros resultados do varguismo (trabalhismo e getulismo), a reaparição do comunismo e das lutas sociais após o fim do par repressão e clandestinidade (mais sua subsequente reaparição a partir de 1947), afora o posicionamento das elites dirigentes dos grandes partidos (UDN e

48 *Estado da Bahia*, 4 maio 1950. CMB, OM6054. *A Tarde*, 3 jan. 1950.

PSD) perante as massas na política, bem como as tensões produzidas no partido dos autodeclarados melhores filhos do povo. Olhando para aquilo que os comunistas ganharam (ou podiam ganhar) em suas alianças com Getúlio e Mangabeira – mas também considerando suas perdas com as alianças desfeitas –, vale notar que o PC baiano havia obtido destaque no partido e na sociedade. Exatamente por isso Mangabeira sofria reservas por sua “passividade” ante aquilo que a Polícia e a direita chamavam de “comunistas” (um abrangente preconceito, mas de grande utilidade na política).⁴⁹ Em paralelo, a Polícia aguardava que os espaços de barganha fossem descartados pela radicalização, rompendo com os limites paternalistas do tolerável.

Se, além de seu peso na imprensa e na máquina partidária, o PC baiano aparecia em realce na organização popular, operária, dos estudantes, dos profissionais liberais, das mulheres, havia muito a perder caso isso tudo naufragasse. Talvez interessado em sua indicação como candidato à Presidência em 1950, Mangabeira defendeu, contudo, outra política de união. Enquanto o PCB era expulso do jogo, o governador costurou aliança com Dutra. Embora Otávio cobrasse respeito à Constituição – respeito quebrado na proscrição do PC –, a lei era lembrada nas horas em que os “subversivos” queriam aparecer em público. Não podiam, pois a lei não permitia. Essa era outra união nacional: de anticomunistas, católicos, empresários, terratenentes, militares, bacharéis, policiais; do PSD, da UDN etc.

Greves e ocupações ocorreram durante *démarches* da antessala da sucessão presidencial na qual Mangabeira atuou como possível pré-candidato. Em dezembro de 1949, no entanto, desfalcado do apoio dos udenistas mineiros, ele admitiu o pleito – como foi visto aqui – do “cadáver”, Eduardo Gomes. O voto popular, paralelamente, era avistado com desdém das elevadas esferas. Vista como “mocinhas das repartições públicas nervosas, rapazes com os calcanhares pedindo menos, o pessoal da claque, suarentos e sedentos”, a base getulista era, mesmo assim, um eleitorado relevante.⁵⁰ Se Mangabeira concorreu praticamente sozinho contra o petebista Medeiros Neto, este ganhou na capital. Apesar dos limites do ângulo usado, Otávio entendeu isso – o peso das massas – e superou obstáculos da prática política oligárquica em que se formara.

49 Aperj, DPS, D 885, fls. 21, 23.

50 *A Tarde*, 14 jan. 1947. CMB, OM5825.

Embora visassem a desmascarar uma suposta farsa – as audiências do governador com o povo –, intento nem sempre coberto de sucesso, os comunistas mobilizaram questões e grupos sociais ativos, mas asseveravam que se iludia quem não dispusesse de sua guia (autoproclamada os melhores filhos do povo).⁵¹ Já a imprensa liberal e a memória dos encontros palacianos minimizam a presença popular e enaltecem o gentil homem Otávio. Nessas fontes, a pobreza é espelho para a autoafirmação das elites liberais de volta ao poder na Bahia, após 1945. O modo como o encontro com populares é representado serve, em boa medida, para a confirmação do poder do anfitrião. Pobres e trabalhadores não são percebidos, a não ser quando podem ser objeto de exotismo ou folclore. Servem, no mais das vezes, como coisa. Coisa humanizada a que se recorre para um favor, um serviço, um capricho. Ou rele coisa em que se grava a autoimagem e a visão de mundo dos notáveis.

O que também estava em jogo era aquilo pelo que a presença dos de baixo é notória: a arte ou a escaramuça da convivência: a prática de – sem serem monólitos – encontrar pontos de equilíbrio e comunicação enquanto encarnam diferenças; enquanto calculam as possibilidades e os riscos de expressá-las; talvez em atrito. Eram trabalhadores cujos afazeres – os mais variados – serviam os outros, ditos seus senhores. Em conjuntura em que se perseguiam sindicatos e partidos, não engrossaram as fileiras dos melhores filhos do povo. E não se saíram mal na forma de fazer política, em que os representados se impõem, inclusive fisicamente, no processo de formação da representação política, junto de seus dirigentes. Diverso da direta manipulação pelos de cima, seu agir criativo atestou, bem no início do intervalo 1945-1964, que eram um problema para submeter ou representar.

51 Sobre as tensões surgidas entre almejar a ser o partido dos melhores filhos do povo e um partido de massas, ver: NEGRO, Antonio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História (São Paulo)*, n. 21, 2002.